



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 66/2023/SUPEL-ASTEC

À

Comissão de Licitação - CPLO

Concorrência Pública nº. 002/2023/CPLO/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0020.084523/2022-86

Interessado: Procuradoria Geral do Estado – PGE/RO.

Objeto: Reforma do Imóvel que sedia a Procuradoria Regional de Vilhena - PRV/PGE-RO, no município de Vilhena-RO.

Assunto: Decisão em Julgamento de Recurso

Vistos, etc.

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a *Reforma do Imóvel que sedia a Procuradoria Regional de Vilhena - PRV/PGE-RO, no município de Vilhena-RO.*

Aportaram os autos neste gabinete para elaboração de decisão da autoridade superior quanto ao recurso da empresa BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES, CNPJ nº 29.173.122/0001-61, nos termos do art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 93.

Pois bem.

Em análise às razões recursais (Id. Sei! 0038054112), noto que a recorrente traz à baila irresignações sobre sua inabilitação no certame, contornando, em resumo, que a as razões expostas na ata não estão de acordo com o edital.

No tocante as alegações, acima destacado, como bem pontuado na Ata de Julgamento elaborado pela Comissão responsável e extraído da leitura do próprio requisito editalício, trata-se de ausência de apresentação da declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS/RO, fato este que enseja a inabilitação como prevê o edital no item 18.3.1, como se vê:

18.3.1 - Apenas serão considerados habilitados os proponentes que, à vista das documentações apresentadas, satisfaçam a todas as condições fixadas neste ato convocatório e peças que o integram.

Desta feita, em observância aos motivos expostos na Ata de Exame de Recurso Administrativo (Id. Sei! 0038534138), expedido em observância às razões recursais, não vislumbro qualquer irregularidade na decisão da Comissão.

Isto posto, **DECIDO:**

Conhecer e julgar **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES**, mantendo a decisão que a INABILITOU para o presente certame. para o presente certame.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Comissão de Licitação/ CPLO.

À Presidente da Comissão para ciência e providências necessárias.

Fabíola Menegasso Dias

Diretora - Executiva

Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Fabíola Menegasso Dias, Diretor(a) Executivo(a)**, em 31/05/2023, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0038646957** e o código CRC **51D5387F**.

Referência: Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0020.084523/2022-86

SEI nº 0038646957